

MIGRAÇÃO E MOBILIDADE PENDULAR METROPOLITANA: REFLEXÕES COM BASE NO CASO DE BELO HORIZONTE

Migration and metropolitan commuting mobility: reflections based on the Belo Horizonte case study

Carlos Lobo

Doutor em Geografia. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais do IGC/UFMG, Brasil

carlosfflobo@gmail.com.br

Recebido: 20.06.2022

Aceito: 09.08.2022

Resumo

Vinculada ao processo de urbanização, bem como da expansão do tecido urbano da metrópole, a difusão de fortes correntes de migração para os municípios das periferias metropolitana, composta, em boa medida, por grupos de população “expulsa” das áreas centrais. Contudo, para além de uma suposta crença em um processo de desconcentração, parte-se do suposto que esse contingente ainda mantém forte interação com o núcleo metropolitano, que pode ser evidenciado pelos vínculos de deslocamento regular para trabalho e estudo. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo principal avaliar o grau de prevalência da pendularidade para Belo Horizonte da emigração do núcleo para a periferia metropolitana, incluindo uma análise das possíveis diferenças nos padrões e níveis escolaridade e renda, bem como a distribuição das categorias ocupacionais, dos grupos migrantes que se deslocam regularmente para trabalho e/ou estudo na capital. Os resultados empíricos obtidos permitiram expor pelo menos duas conclusões gerais: 1ª) afora a redução da emigração metropolitana observada na última década, a recorrência do altos volumes de pendularidade sugere a manutenção ou em alguns casos a ampliação dos vínculos de trabalho e/ou estudo, indicando o elevado grau de interação desses migrantes com a capital, especialmente com os municípios limítrofes e mais próximos; 2ª) os níveis de escolaridade e renda, bem com a distribuição desses migrantes por categorias ocupacionais, sugerem certo grau de seletividade, com padrão espacial diferenciado por níveis um pouco mais baixos de renda escolaridade em desfavor dos que trabalham e/ou estudam no próprio município de residência.

Palavras-chave: Migração, Mobilidade Pendular, Espaço Metropolitano.

Abstract

Connected to the urbanization process and the expansion of the urban fabric of big cities, there is the diffusion of massive currents of migration towards the municipalities of the metropolitan outskirts, composed, to a large extent, of population groups expelled from the central areas. Nonetheless, beyond a supposed belief in a deconcentrating process, it is assumed that this contingent will keep a strong interaction with the urban core, evidenced by regular commuting for work, study, or work and study. In this sense, this paper aimed to

evaluate the degree of commuting to Belo Horizonte regarding the emigration from the center to the periphery of that metropolis. Moreover, an analysis of possible differences in patterns and levels of education and income concerning the distribution of migrant groups who regularly commute to work or study in the capital in terms of occupational categories. The empirical results obtained allowed us to expose at least two general conclusions: 1st) apart from the reduction in metropolitan emigration observed in the last decade, the recurrence of high volumes of commuting suggests the maintenance or, in some cases, the expansion of work, study or work and study links, indicating the high degree of interaction of these migrants with the capital, especially with neighboring and closer municipalities; 2nd) the levels of education and income, as well as the distribution of these migrants by occupational categories, suggest a certain degree of selectivity, with a spatial pattern differentiated by slightly lower levels of income and education to the detriment of those who work, study, or work and study in the municipality of residence.

Keywords: Migration, Commuting, Metropolitan Space.

1. INTRODUÇÃO

Ainda que o ritmo de crescimento demográfico dos principais núcleos metropolitanos do país tenha sido reduzido consideravelmente nas últimas décadas, especialmente em função da queda da fecundidade e do crescimento da emigração, especialmente para as periferias e entorno próximo, eles mantiveram sua expressão demográfica regional e continuaram atraindo expressivos contingentes populacionais (MATOS, 1995; CUNHA, 2003, 2015; LOBO, 2009; LOBO; MATOS, 2011). Diferente do que alguns autores esperavam, pelo menos em um primeiro momento, os dados extraídos dos últimos censos demográficos não confirmaram a hipótese de desconcentração espacial (AZONI, 1986; DINIZ, 1993; MARTINE, 1994), como proposta em sua versão clássica/original, tampouco o processo de desmetropolização, tal como poderiam sugerir algumas análises mais apressadas e menos cuidadosas. Nas últimas décadas do século passado, muitos municípios das principais Periferias Metropolitanas (PM) do país apresentaram incremento populacional bastante expressivo, resultado, em boa medida, do grande volume de emigrantes procedentes dos Núcleos Metropolitanos (NM) e entorno (MATOS *et al.*, 2003, CUNHA *org.*, 2018).

O processo de expansão do tecido urbano metropolitano, dada a mencionada difusão de correntes migratórias, foi, em boa parte, composto por expressivas parcelas da população de baixa renda “expulsa” das áreas centrais da metrópole, resultado direto da segregação social e do elevado custo da terra da terra no espaço urbano. Esse processo de periferização, pelo menos em sua dimensão espacial, induziu a necessidade de um

intenso deslocamento pendular cotidiano, decorrente da necessidade de deslocamento da força de trabalho ou pela oferta restrita no mercado educacional, ainda fortemente concentrada nos principais núcleos metropolitanos. Há, contudo, tomando como referência o próprio caso da RMBH, questões que ainda merecem ser analisadas de forma mais detalhada. A emigração de Belo Horizonte para o entorno metropolitano tem representado, de fato, redução nos vínculos de trabalho/estudo desses migrantes? Qual é a real proporção de migrantes da periferia metropolitana, que se deslocavam regularmente para trabalho e/ou estudo na capital mineira (mobilidade pendular PM→NM)? Existem diferenças no padrão de distribuição espacial e de nível socioeconômico quando analisadas os indicadores de renda, escolaridade e ocupação, na proporção de migrantes pendulares para a metrópole e daqueles que declararam trabalhar e/ou estudar no mesmo município de residência?

Tendo as questões acima mencionadas como ponto de reflexão, esse trabalho tem como objetivo principal avaliar o grau de prevalência da pendularidade para Belo Horizonte da emigração do núcleo para a periferia metropolitana, incluindo uma análise das possíveis diferenças nos padrões e níveis escolaridade e renda, bem como a distribuição das categorias ocupacionais, dos grupos migrantes que se deslocam regularmente para trabalho e/ou estudo na capital. Para tanto, foram utilizados os dados extraídos dos censos demográficos de 2000 e 2010, o que permitiu a análise de duas décadas relevantes na dinâmica migratória da região metropolitana. Ainda que os dados do próximo censo, realizado em 2022, devam trazer novas evidências decorrentes de processos sociais em curso, a análise dos fluxos populacionais no espaço (migração e pendularidade), circunscritos aos recortes temporais dessas duas décadas, pode oferecer sinais relevantes da dinâmica e organização do espaço metropolitano e regional. A manutenção ou ampliação dos nexos laborais e escolares podem indicar, diferente do que se poderia imaginar, uma ampliação do poder de influência do núcleo metropolitano, ressignificando os fluxos migratórios e pendulares.

2. A MOBILIDADE POPULACIONAL METROPOLITANA: EVIDÊNCIAS E SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO E DA PENDULARIDADE

Não é novidade que a interpretação da realidade representada pelos modelos teóricos esboçados para os países de desenvolvimento avançado esbarra nas particularidades que marcam a formação do território e a organização do espaço nacional,

notadamente dos espaços mais densos e ocupados. O processo de urbanização brasileiro começa a tomar forma sobretudo nos anos de 1940, quando uma ainda frágil industrialização induz a uma reorganização espacial da população no território nacional, momento em que o Sudeste concentrou os principais centros da rede urbana formada no país (SANTOS, 2005). Em contrapartida, a população rural apresentava declínio desde os anos de 1950, de forma que, em 1970, a população urbana já representava cerca de 56% total no Brasil. No mesmo período, essa proporção atinge 72,7% para o caso do Sudeste. O aumento dos fluxos migratórios do tipo campo-cidade, já amplamente divulgado no meio acadêmico, bem como no próprio senso comum, promoveu a intensificação do processo de crescimento da população urbana, fortemente concentrada nas principais metrópoles brasileiras, formando grandes e complexos aglomerados urbanos, via processos de metropolização e conurbação.

Na literatura nacional existe um amplo investimento teórico e uma base conceitual sobre o processo de urbanização no Brasil, bem como sobre seus impactos nas condições de vida da população e nas formas e arranjos espaciais metropolitanos. Como destacou Reis (2006), o significado da urbanização varia em diferentes níveis espaciais e envolve diversidades e articulações em espaços urbanos e regionais, o que requer a incorporação da análise das relações entre centro e periferia, em suas múltiplas escalas. Contudo, o processo de dispersão urbana, típico, embora não exclusivo do caso brasileiro, caracterizou-se pelo esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se pelo território, incluindo núcleos urbanos separados por vazios intersticiais, que mantiveram vínculos estreitos e um único sistema urbano. Formaram-se constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais sendo utilizado como apoio ao transporte diário (REIS, 2006).

Para Limonad (2007), por exemplo, embora possa haver uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, ainda persistem formas de urbanização mais intensiva. Mesmo que ambas as formas (dispersa e intensiva) levem a uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que assumem. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, característico do que Francesco Indovina denominou de “arquipélago metropolitano”, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se reforça a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta. No Brasil essa dispersão assumiu diversas manifestações

quanto à localização, seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja pela multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, ou sob a forma de *clusters* industriais, de serviços ou turísticos, acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou megacondomínios fora das áreas urbanas (LIMONAD, 2007).

Levando em consideração não apenas a migração e os deslocamentos pendulares, mas também os processos espaciais associados de reconfiguração territorial das metrópoles e suas regiões de influência, como formas de possível delimitação das áreas consideradas dispersas, o conceito de cidade-região ganha relevância explicativa na atualidade. De acordo com Lencioni (2000), ao analisar o caso paulista, os processos socioespaciais contemporâneos de dispersão regional, nos quais trabalha os mecanismos de reestruturação produtiva e integração regional, provocaram uma cisão territorial das indústrias na área metropolitana. Torna-se, portanto, fundamental entender a cidade-região como uma configuração dos processos socioeconômicos e socioespaciais característicos da contemporaneidade, cujo conceito se enquadra em um contexto de dispersão populacional das metrópoles, processos que podem ser evidenciados, por exemplo, pela migração e pelos deslocamentos pendulares (LENCIONI, 2000). Em conjunto, ou em separado, esses dois tipos de mobilidade da população são significativos e relevantes para entender a conformação das áreas de influência metropolitana, nas mais diferentes escalas.

A análise da migração, incluindo as possíveis causas e efeitos, oferece uma aproximação adicional a processos econômicos e sociais mais amplos ou específicos, incorporando aspectos referentes a dinâmica demográfica à dimensão espacial (e vice e versa), bem como seus efeitos regionais. Permite avaliar os fluxos nas escalas nacional, regional e local, não se limitando a um indicador de concentração ou dispersão demográfica e das atividades econômicas. Possibilita, ainda, identificar os padrões e perfis da população migrante, as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional quando se discute o fim do padrão concentrador das atividades. Não se trata de um mero fluxo de pessoas. Envolve a existência de fatores estruturais, referentes ao sistema de produção e as demandas do mercado de trabalho, bem como a existência de redes sociais que alimentam e dão suporte às necessidades e interesses na mobilidade da população. Tem, portanto, significado econômico, social e pessoal/individual, que oferecem sinais sobre a organização e estruturação de espaços dinâmicos ou estagnados.

A mobilidade pendular, por sua vez, que representa aspectos mais fluidos da dinâmica populacional no espaço, oferece uma perspectiva de análise distinta. Mesmo que exista uma tendência de que nos espaços mais adensados os relacionamentos com o núcleo metropolitano sejam mais intensos, o adensamento populacional temporário no território potencializa as relações sociais e econômicas no espaço metropolitano, o que pode ter efeito na redução dos custos de transporte e na expansão da infraestrutura, dinamizando e induzindo a mobilidade espacial da população. Pode-se, sobre esse mesmo aspecto, considerar que a pendularidade seja uma consequência da intensificação da mobilidade metropolitana, determinada pela expansão dos vetores de expansão do tecido urbano para além do core metropolitano. Isso reflete não apenas as necessidades e/ou escolhas residenciais de determinados segmentos da população, na expectativa de que externalidades positivas compensem os custos adicionais da distância ao trabalho, ou no caso dos trabalhadores de baixa renda e mais vulneráveis, a ação excludente do mercado imobiliário e/ou do mercado de trabalho (BRITO; SOUZA, 2005). Também refletem mudanças na dinâmica demográfica regional, ou pelo menos em escala local. Se alguns municípios se “beneficiam” de um aumento provisório da população, dado o incremento da demanda de vários serviços locais, outros apresentam uma condição bem diferenciada fora do turno laboral, característica das conhecidas “cidades-dormitórios”.

Há, portanto, um amplo leque de processos e mecanismos que podem ser identificados e analisados com base na mobilidade espacial da população, avaliadas em suas diferentes formas, como a migração e a pendularidade. Em vários casos a mudança do local de residência, uma das condições de definição da migração, não rompe os nexos e vínculos pessoais, sociais e econômicos com a área de origem. Não raro envolvem movimentos diários/regulares entre o núcleo e periferia (pendularidade), dadas as necessidades de trabalho e estudo, ou em menor dimensão lazer, compras, tratamento médico, etc. Também podem envolver deslocamentos entre áreas próximas de municípios limítrofes, como uma simples mudança de bairros vizinhos em área de fronteira municipal. Assim, em várias circunstâncias, diversas formas de interação com o município de residência anterior permanecem, ou se intensificam a despeito do ato de migrar. Especificamente no espaço metropolitano essas interações são, em geral, ainda mais evidentes. Fazem parte da própria da condição e critério de conformação dos limites das regiões metropolitanas. Representam a essência da natureza tênue e flexível dos limites territoriais do tecido urbano metropolitano.

3. RECORTES/UNIDADES ESPACIAIS, BASES DE DADOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

Nesse trabalho foram utilizados os recortes municipais adotados no Censo Demográfico de 2010, tomados nesse trabalho como unidades espaciais de análise, dado que os limites legais da Região Metropolitana e a divisão política administrativa municipal não sofreram alterações na última década. Localizada na porção central do estado de Minas Gerais, a Região Metropolitana de Belo Horizonte é atualmente composta por um conjunto total de 34 municípios, incluindo o município de Belo Horizonte, como representado na Figura 1. De acordo com dados do último censo demográfico, realizado em 2010, havia na RMBH uma população residente de quase 4,9 milhões. Belo Horizonte, nesse mesmo ano, abrigava aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, o que representava 48,63% da população da RM.

As bases censitárias que permitiram a identificação, tabulação e mapeamento da emigração e a mobilidade pendular associada, foram extraídas dos microdados amostrais dos censos demográficos de 2000 e 2010. A matriz de origem e destino obtida a partir do dessas bases, que permitiu estabelecer os fluxos migratórios, conforme origem e destino, foi dada pela combinação/cruzamento das variáveis que identificam o município de residência na data de referência de cada censo e há cinco anos – em 1995 no censo de 2000 e 2005 no censo de 2010 – e aquele de trabalho e/ou estudo. Os imigrantes foram, portanto, identificados pelo quesito denominado de migração de data fixa, como descrito por Carvalho e Rigotti (1998), circunscritos aos quinquênios 1995/2000 e 2005/2010. Em seguida, os emigrantes de Belo Horizonte, residentes em cada um dos municípios PM, foram discriminados em pendulares e não pendulares utilizando as variáveis que definiam o município de trabalho e/ou estudo e o de residência¹.

¹ Cabe uma observação relevante nessa etapa: os quesitos referentes ao município de trabalho e estudo foram combinados no censo de 2010, identificando os deslocamentos por dupla finalidade: trabalho e/ou estudo (dando prevalência aquele de trabalho, quando for o caso). Esse procedimento permite a comparação com os fluxos de pendularidade identificados no censo de 2000, cujo quesito capta a declaração do município de trabalho e/ou estudo, não discriminados.

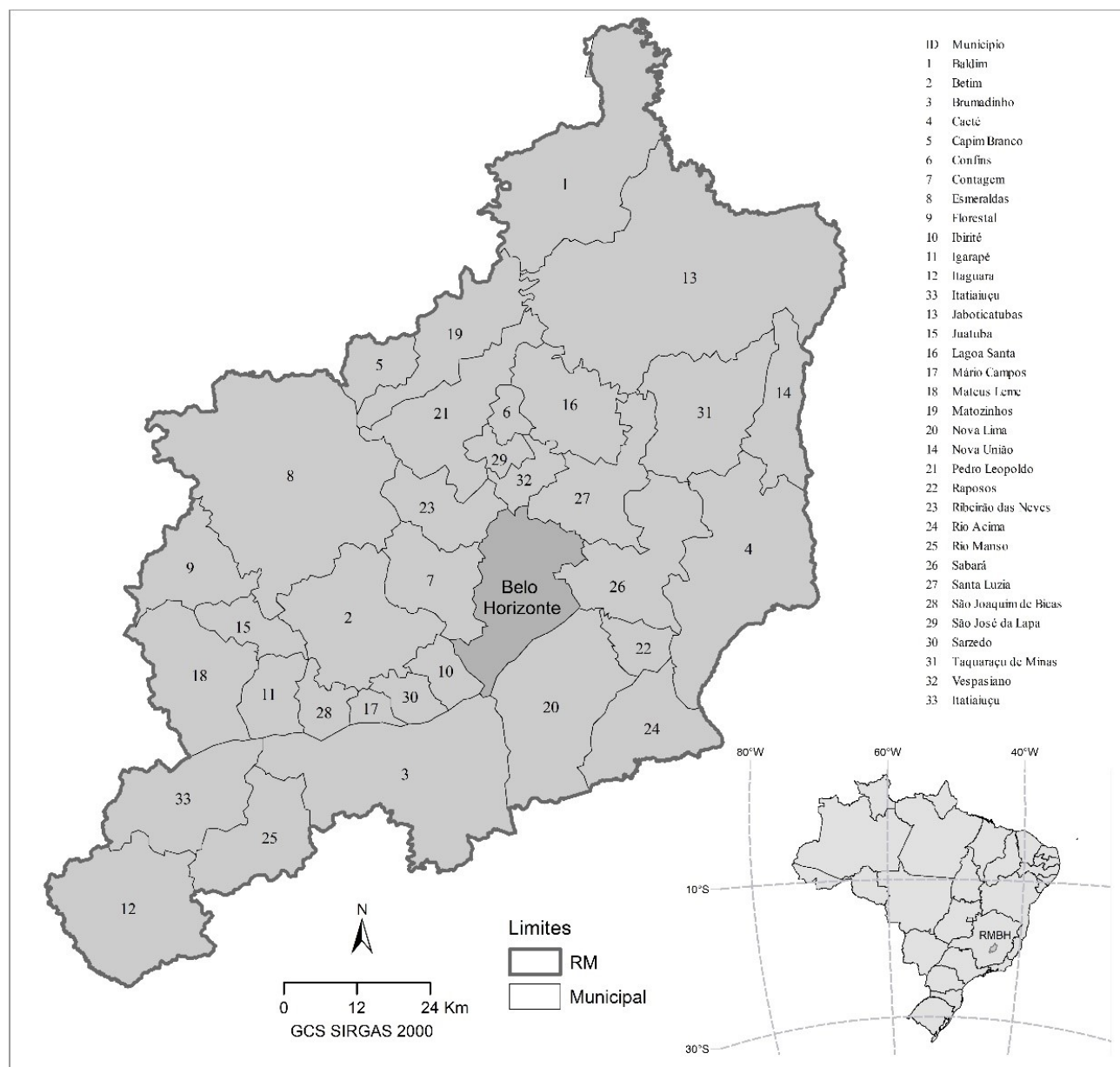


Figura 1 - Localização e divisão político/administrativa na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, 2010.
Fonte: Elaborado pelo autor

Os migrantes metropolitanos em cada quinquênio, residentes em cada um dos municípios da PM, foram identificados e categorizados em quatro grupos: G1) que se deslocavam regularmente para Belo Horizonte para estudo/trabalho; G2) que trabalhavam e/ou estudavam no próprio município de residência; G3) que trabalhavam e/ou estudavam em outro município da PM, diferente daquele de residência; e G4) que não trabalhavam e não estudavam. Para identificação dos migrantes do Grupos 2 e 4 foram utilizadas as variáveis: a) Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha; e b) Em que município trabalhava. Com base nesse agrupamento foi possível extrair uma matriz de origem/destino, conforme agregados de municípios “*i*”, distribuídos nas regiões “*j*”, o que

representa os fluxos emigratórios intermunicipais para a PM, identificados pelos deslocamentos do município de residência para o trabalho e/ou estudo. Esse base permitiu mapear os denominados “vetores” de migração e pendularidade metropolitana, que compõem arcos de ligação entre os municípios de origem e destino, representados cartograficamente em plataformas dos Sistemas de Informações Geográficas, tornando possível identificar possíveis padrões espaciais de deslocamento.

Para fins de comparação na participação dos Grupos 1 e 2 na migração para cada município da PM, foi calculada a aqui denominada Razão de Pendularidade dos Migrantes (RPM), calculada pelo simples quociente entre os volumes de migrantes da capital que faziam pendularidade regular para Belo Horizonte (mp_{bh}) e os migrantes de Belo Horizonte que trabalhavam e/ou estudavam na PM no próprio município de residência (m_{bh}), como descrito na Equação 1. Como resultado dessa equação, os valores maiores que 1 indicam a prevalência da pendularidade para Belo Horizonte quando comparado aos emigrantes metropolitanos que trabalham e/ou estudam nos municípios da PM. Por consequência, valores menores que 1, sugerem a condição de prevalência inversa.

$$RPM = \frac{\sum_j^I mp_{bh}}{\sum_j^I m_{bh}} \quad \text{Equação 1}$$

Apenas para o Censo Demográfico de 2010, dada as incompatibilidades e dificuldades inerentes em uma comparação intercensitária, para cada município da PM, os dois grupos de migrantes (G1 e G2) também foram analisados conforme níveis de escolaridade e rendimento, bem como pela frequência de distribuição das categorias ocupacionais, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar. Os indicadores de escolaridade, rendimento e ocupação foram considerados com base nas seguintes variáveis: 1ª) curso que frequenta (V0629); 2ª) rendimento em todos os trabalhos, em salários mínimos (V6526); e 3ª) código da ocupação no trabalho principal (V6461). Esse procedimento analítico relativamente simples permitiu estabelecer, ainda que essencialmente descritiva, perfis e avaliar possíveis padrões espaciais para cada grupo em cada município da PM.

4. OS VOLUMES E CARACTERÍSTICAS DA PENDULARIDADE DOS EMIGRANTES DE BELO HORIZONTE: ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Afora a queda geral observada no total do fluxo de migração do NM para a PM de Belo Horizonte, cuja interpretação requer cuidados adicionais, quando analisados os volumes nos dois quinquênios analisados – de 1995/2000 e de 2005/2010, que passaram de pouco mais de 141 mil pessoas, para cerca de 107 mil, as proporções de cada um dos quatro grupos de migrantes observados são bem distintas. Como representado na Figura 2, embora o volume maior compreenda os migrantes que não trabalhavam ou estudavam, dos quais a proporção de crianças e jovens é significativa, o grupo que apresentou maior crescimento relativo compreende aqueles que declararam trabalhar/estudar em Belo Horizonte. A elevada participação desse grupo em específico, que envolve o foco central desse artigo, sugere a manutenção ou ampliação de vínculos de trabalho e/ou estudo com o núcleo metropolitano, o percentual total passou de 28,7% em 2000 para 32,1% em 2010. Cabe destacar a sensível redução relativa daqueles que se dirigiam a PM e declararam trabalhar e/ou estudar no próprio município de residência, ainda que a proporção seja ainda elevada.

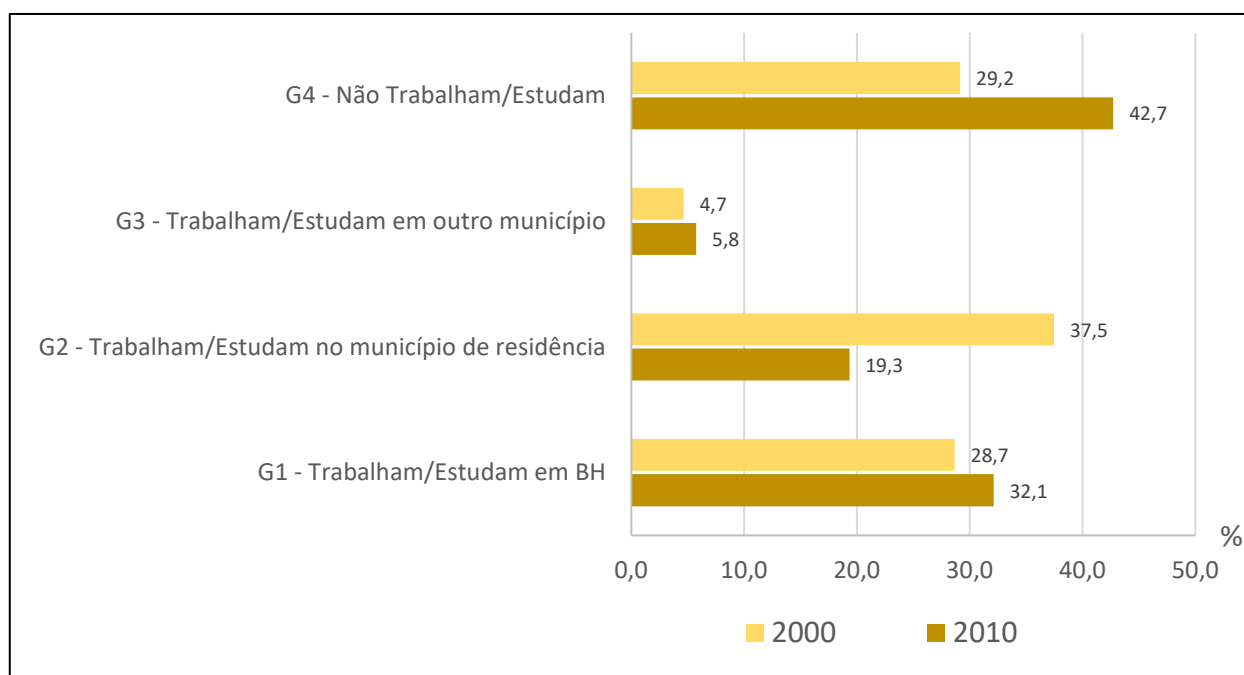


Figura 2 - Participação relativa dos emigrantes de Belo Horizonte, residentes na Periferia Metropolitana (PM), discriminados conforme local de estudo/trabalho, 2000 e 2010.

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

Os cartogramas dispostos na Figura a seguir (Figura 3), representam os valores da RPM para os municípios da PM, dados pela razão entre a o volume de emigrantes que realizavam pendularidade para Belo Horizonte e aqueles que trabalhavam/estudarem no respectivo município de residência. Como esperado, os resultados mostram que os migrantes com destino aos municípios limítrofes ou mais próximos a Belo Horizonte ampliaram consideravelmente os nexos laborais ou escolares com a capital. Ademais, um número maior de municípios, ao comparar as duas décadas, passaram a exibir valores de RPM maiores que um, o que denota a maior proporção do Grupo 1. Em 2000 apenas cinco municípios com RPM maior que 1, quais sejam: Nova Lima, Raposos, Sabará, Ibirité e Santa Luzia. No ano de 2010, 15 municípios passaram para essa condição, incluindo a lista anterior Ribeirão das Neves, Vespasiano, Mário Campos, São José da Lapa, Esmeraldas, Brumadinho, Rio Acima, Capim Branco e Contagem.

Utilizando-se exclusivamente indicadores extraídos dos dados do Censo de 2010, a comparação dos padrões espaciais e características de renda, escolaridade e ocupação dos migrantes dos Grupos 1 e 2, demonstram certas particularidades, como aqueles que podem ser observadas pelos vetores de migração intermunicipal, como representado pela Figura 4. Para o Grupo 1, além do efeito esperado dado pelo fator distância, que leva a maior prevalência da pendularidade para os municípios limítrofes a capital, chama atenção o elevado volume de migração com pendularidade no eixo metropolitano Oeste, que incluem os municípios de Contagem e Betim, como norte e leste, com destaque para Ribeirão das Neves e Sabará. Nesses casos, os migrantes do Grupo 2 têm participação um pouco menor aqueles do Grupo 1.

A Figura 5, que representa a distribuição de frequência relativa, conforme curso que frequenta, permite observar diferenças importantes quando comparados os migrantes dos Grupos 1 e 2. No último caso (Grupo 2) é altamente prevaiente a proporção de estudantes de ensino médio (30,65%), o que sugere uma alta proporção de populações jovens entre os migrantes, possivelmente decorrentes dos efeitos da migração familiar. Para o Grupo 1, que envolvem os migrantes que se deslocam regularmente para Belo Horizonte, destaca-se um maior percentual de estudantes em níveis superiores, incluindo os cursos de graduação e pós-graduação (no primeiro caso atinge-se 27,1%). Também é alta nesse mesmo grupo a proporção de estudantes no ensino fundamental (31,76%).

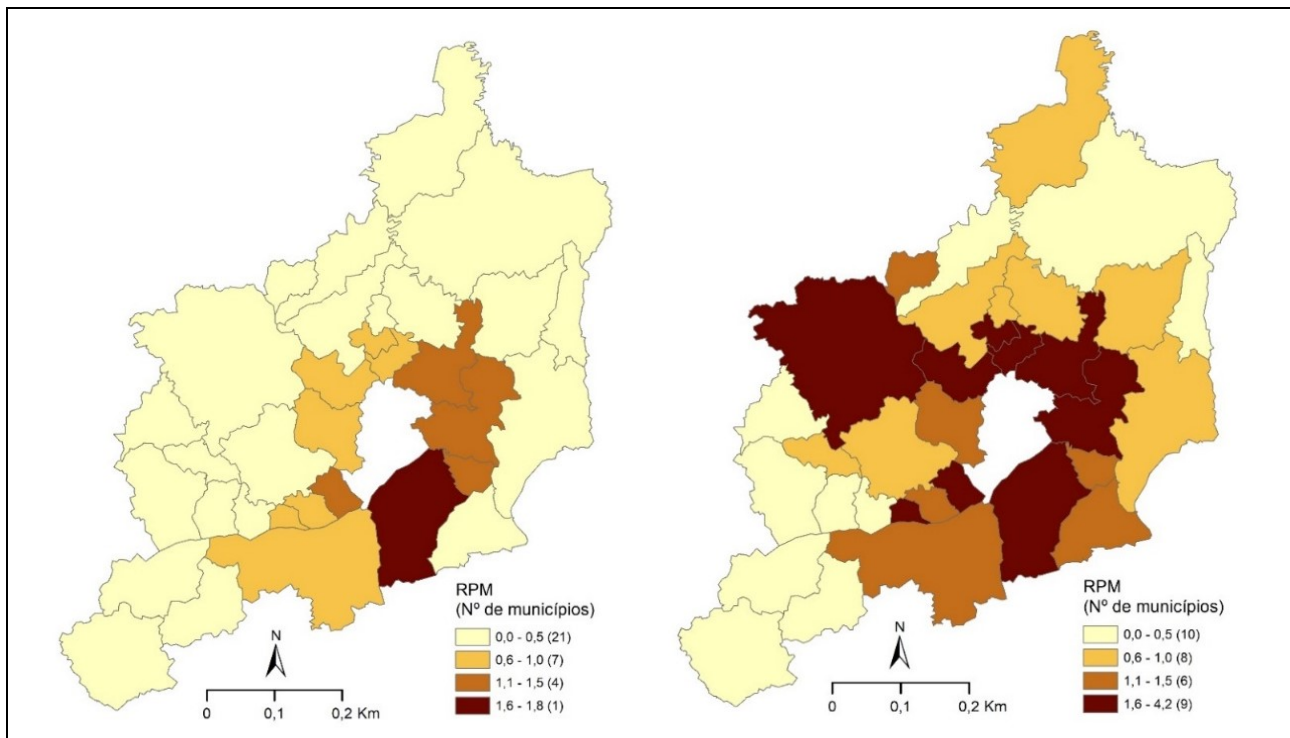


Figura 3 - Razão de Pendularidade Migratória (RPM) nos municípios da Periferia Metropolitana de Belo Horizonte (PMBH), 2000 e 2010.

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

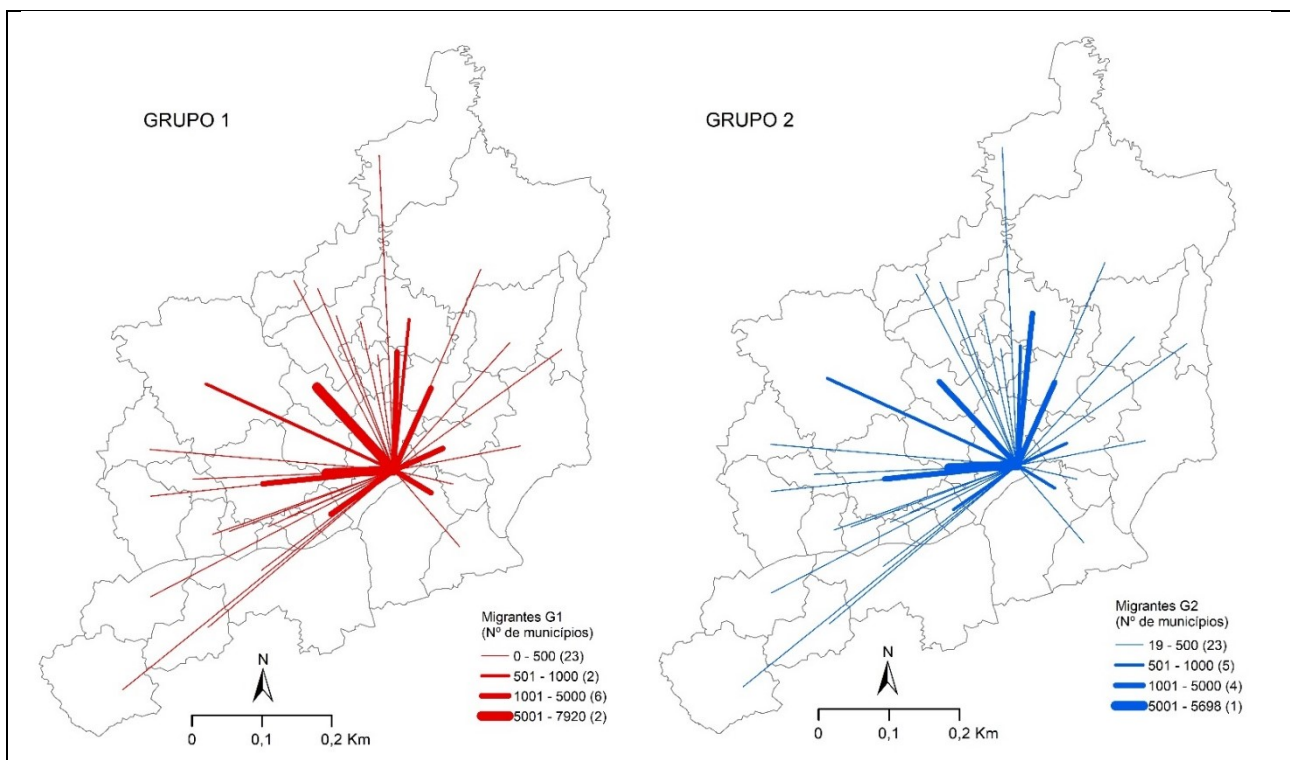


Figura 4 - Vetores da emigração de Belo Horizonte (Grupos 1 e 2) residentes nos municípios da Periferia Metropolitana de Belo Horizonte (PMBH), 2010.

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010 (dados da amostra)

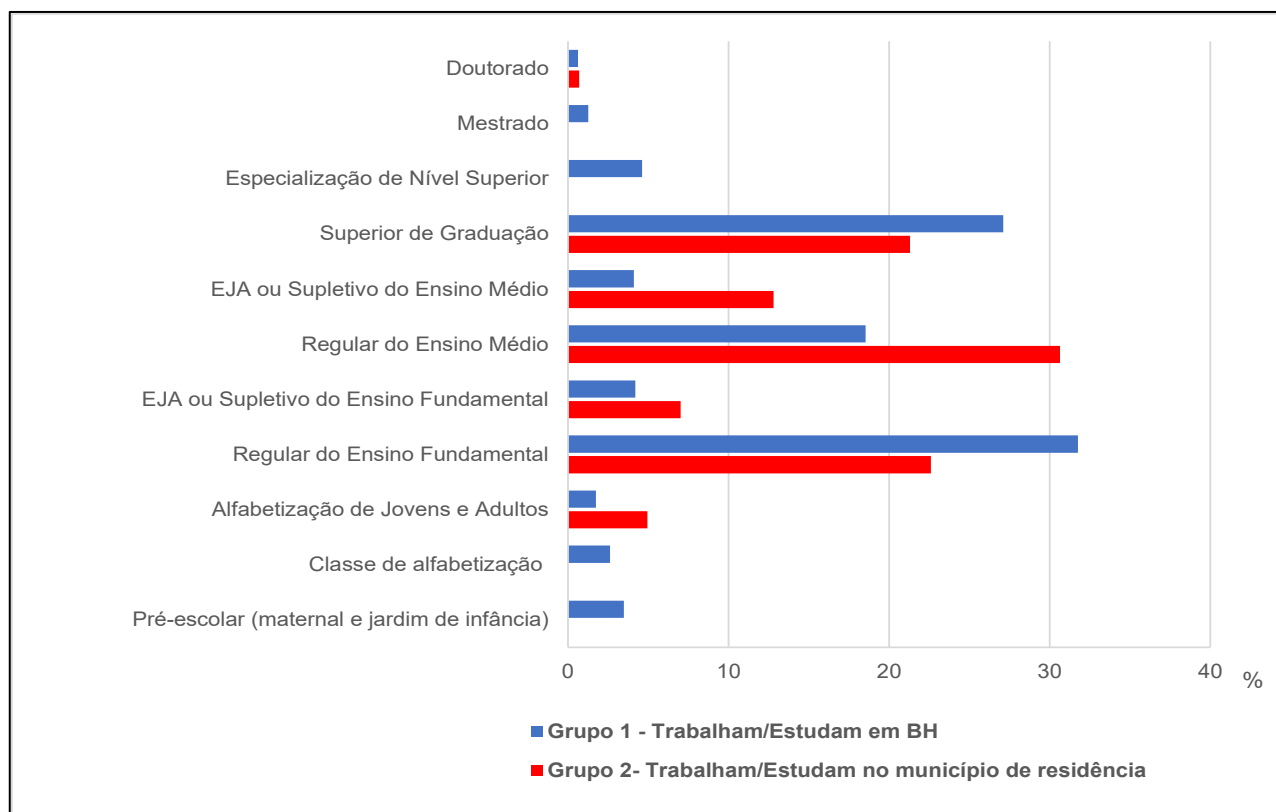


Figura 5 - Curso que frequenta dos emigrantes de Belo Horizonte (Grupos 1 e 2), conforme local de estudo/trabalho, 2010.

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra)

Os níveis de renda declarada, como representado na Figura 6, também permitem observar distinções relevantes quando comparados os dois grupos de migrantes. Quando analisados apenas aqueles que estavam ocupados e obtinham renda na semana de referência do censo de 2010, que compreendia o período de 25 a 31 de julho de 2010, nota-se que os valores são, em média, maiores para os migrantes do Grupo 1, cuja média era de 3,65 salários mínimos. Para aqueles do Grupo 2 a média de rendimento era 2,86 salários mínimos, embora existissem disparidades expressivas quando observados os valores dos dois grupos de emigrantes.

Quando analisados os indicadores da ocupação declarada, conforme dados expostos na Figura 7, os resultados mostram que não há grandes diferenças na distribuição relativa de frequência por categorias ocupacionais dos Grupos 1 e 2. Cabe destacar, contudo, a maior prevalência da categoria de diretores e gerentes, bem como os trabalhadores de serviço e comércio e de apoio administrativo, nos migrantes do Grupo 1. Para o Grupo 2 as frequências relativas são maiores para os membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares e Trabalhadores operários da construção, mecânicas e outros.

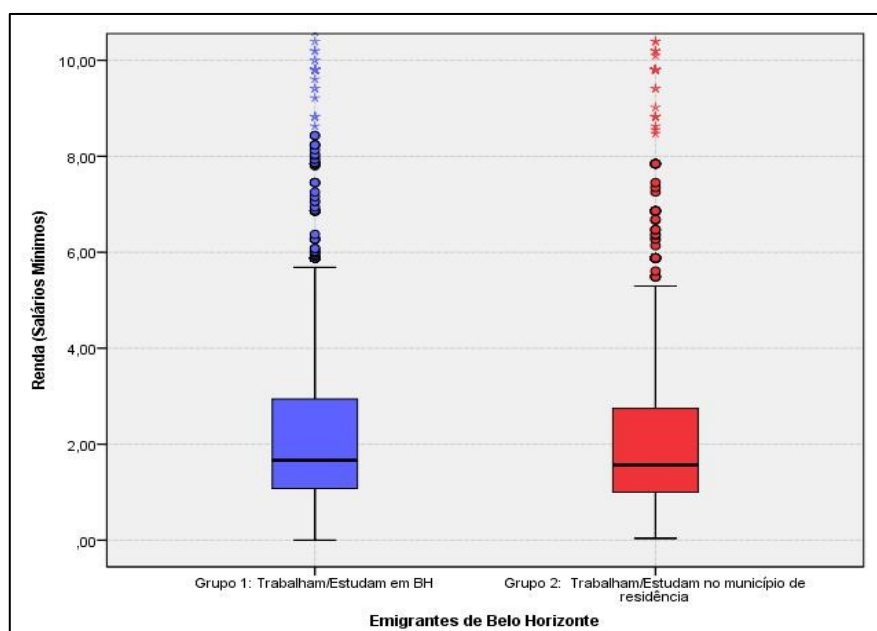


Figura 6 - BloxPlot da distribuição de renda dos emigrantes de Belo Horizonte, conforme local de estudo/trabalho, 2010.

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra)

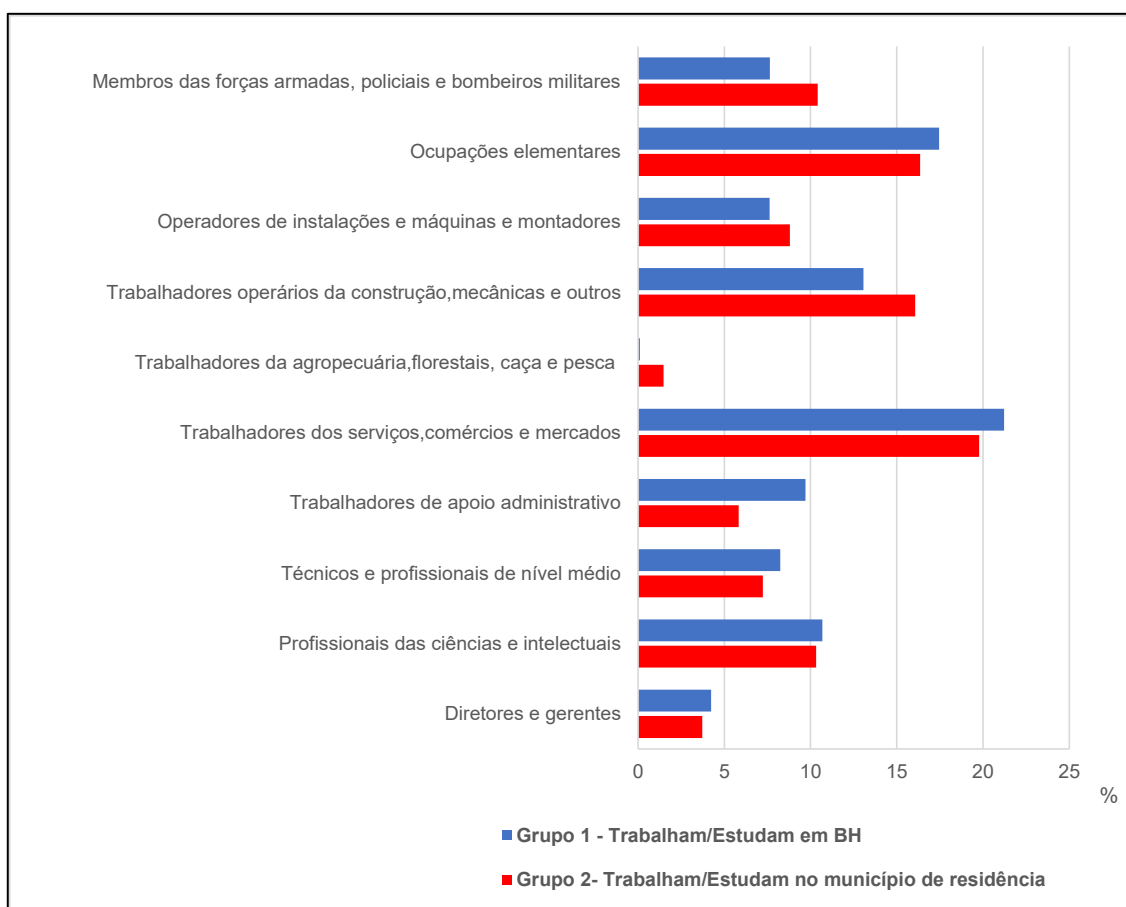


Figura 7- Categorias ocupacionais, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar, dos emigrantes de Belo Horizonte, conforme local de estudo/trabalho, 2010.

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a magnitude e o significado das diferentes formas de mobilidade espacial da população, analisados de forma associada ou não, tem se apresentado cada vez mais relevante, decorrente, pelo menos em parte, do poder explicativo e das consequências inerentes à dinâmica da população brasileira, marcada pelo recente processo de transição demográfica. A contínua queda na fecundidade observada no país tem reduzido o peso do crescimento natural como fator de distinção dos ritmos de crescimento da população regional e local, transferindo maior relevância explicativa aos efeitos derivados da dinâmica migratória. Contudo, ainda existem uma série incertezas sobre a prevalência de determinados padrões ou tendências de (re)distribuição espacial da população brasileira, inclusive no interior do espaço metropolitano. A crença na suposta reversão da polarização, bem como a hipótese de desconcentração e/ou dispersão espacial das atividades econômicas, como proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem se mostrado inapropriada na interpretação do caso brasileiro. Como já descrito na literatura específica, a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles não tem representado perda na sua função de gestão territorial, nem mesmo queda de relevância demográfica metropolitana, o que requer um maior aprofundamento na avaliação dos efeitos da migração e da mobilidade pendular, bem como seu significado de ampliação da interação e dos fluxos populacionais da metrópole↔periferia.

O quadro sintético advindo dos resultados empíricos apresentados nesse trabalho permite expor pelo menos duas conclusões gerais: 1ª) afora a redução da emigração metropolitana, observada na última década, a recorrência de altos volumes de pendularidade sugere a manutenção ou em alguns casos a ampliação dos vínculos de trabalho e/ou estudo, indicando o elevado grau de interação espacial com a capital, especialmente com os municípios limítrofes e mais próximos; 2ª) os níveis de escolaridade e renda, bem com a distribuição desses migrantes por categorias ocupacionais, sugerem certo grau de seletividade, com padrão espacial diferenciado por níveis mais baixos de renda escolaridade em desfavor dos trabalham e/ou estudam no próprio município de residência, em comparação com aqueles que se deslocam para a capital. Diferente do que poderia parecer em uma aproximação analítica menos cuidadosa, os resultados apresentados sugerem o crescimento da integração dos municípios da periferia com o núcleo metropolitano, indicando a extensão espacial de sua área de influência, ainda que

determinadas espaços metropolitanos tenham experimentado maior capacidade de atração de população para fins de trabalho e/ou estudo.

Importa ainda salientar, para além dos próprios achados empíricos aqui apresentados, as possibilidades e potencialidades oferecidas aos estudos sobre a mobilidade espacial da população no âmbito regional, incluindo o entorno da chamada RM. A análise dos estoques e fluxos de pessoas, como a migração e pendularidade, avaliados pelo recorte estabelecido nas áreas de influência das metrópoles, permite incorporar aspectos não demográficos na organização urbano-regional no país. Também oferece indícios sobre nexos sociais e econômicos na conformação da rede de cidades no nível regional. Em um ou outro caso, exhibe um quadro sintético e aproximado das relações que se estabelecem entre a mobilidade espacial da população, como a influência e o papel de antigas e novas centralidades regionais.

REFERÊNCIAS

- AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Ensaio Econômico**, São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.
- BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão Urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, p. 48-63, 2005.
- CARVALHO, J. A. M. de, e RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 15(2), 1998.
- CUNHA, J. M. P. (Org.) **Dinâmica demográfica e sócio espacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais**. Editora UFSCAR. São Carlos, 2018.
- CUNHA, J.M.P. Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. IN: Marques, E (org.) **As transformações de São Paulo nos anos 2000**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p.107-146.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, SP: Librum Editora, 2015.
- CUNHA, J. M. P da et al. **Movimentos pendulares na MMP. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM)**. São Paulo, Nepo-Unicamp/Fundap/Emplasa, 2013.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007– REGIC 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A.C.; GONÇAL VES, M. F . (org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, n. 14, v.1,2007, p. 31-45.

LIPSHITZ, G. Spatial Concentration and Deconcentration of Population: Israel as a Case Study. **Geoforum**. v. 27. n. 1, p. 87-96, 1996.

LOBO, C., MATOS, R., CARDOSO, L., COMINI, L., e PINTO, G. Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 2015, vol.32, no.2, p.219-233.

LOBO, C. e MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.28, n.1, 2011.

MAGALHÃES, F. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 2., 2008

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: Ipea, 1994.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, n. 12(1/2), 1995.

OJIMA, R. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.121, 2011, p.115-132.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.; PEREIRA, R. H. M.; DA SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos metrópole**, v. 12, n. 24, 2010.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. **The Regional Science Association Papers**. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, 1980.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. IN: CUNHA (ORG.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. NEPO/UNICAM, Campinas, 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

ORIGINAL ARTICLE

SILVA, K. A. A., CUNHA, J.M.P. e ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 40), 2017.

Recebido: 20.06.2022

Aceito: 09.08.2022